



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA**

UFSC NA MÍDIA - CLIPPING



Agcom
Agência de
Comunicação
da UFSC

19 de junho de 2019

Diário Catarinense
Estela Benetti

“Embrapii desafia indústrias de SC a pesquisar mais”

Embrapii desafia indústrias de SC a pesquisar mais / Inovação / Pesquisa /
Desenvolvimento / Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial /
Polo UFSC

Embrapii desafia indústrias de SC a pesquisar mais

Há consenso de que a competitividade das empresas, fundamental ao desenvolvimento econômico, é alcançada com inovação, pesquisa e desenvolvimento (P&D). Indústrias catarinenses de todos os portes, pelo perfil e trajetórias alcançadas, poderiam investir bem mais em inovação e P&D com auxílio público, por meio da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii), fundada há seis anos para ser a Embrapa da indústria do país. Esse alerta é da coordenadora de planejamento da Embrapii, Ana Arroio.

A empresa tem 42 unidades do país, das quais seis ficam em SC. São os três novos institutos da indústria – de sistemas embarcados na Capital, laser e manufatura em Joinville –, mais a Fundação Certi, Polo UFSC e IFSC. Contudo, essa infraestrutura de ponta é usada mais por indústrias de fora do que de SC. Conforme Ana Arroio, as empresas que realizam projetos contam com alavancagem de 30% dos recursos fornecidos pela Embrapii e, dependendo do projeto, pode chegar a 50% do total, investindo apenas os outros 50%. As pequenas empresas podem ter apoio ainda maior, nos casos de participação do Sebrae.

– A gente tem tentado ativar mais a indústria catarinense, mas ela ainda não é a principal contratante de projetos Embrapii no Estado – disse Ana Arroio.

Os projetos de inovação e pesquisa podem envolver processo produtivo, manufatura 4.0 e outros. Conforme a coordenadora, as maiores resistências vêm da insegurança da área jurídica das empresas. Em média, um projeto com a Embrapii é aprovado em 30 ou 40 dias. A empresa emprestou 1,2 bilhão em seis anos para 720 projetos de 500 empresas que geraram 180 patentes.

Notícias do Dia Especial

“Defesa de Gean vai tentar reverter afastamento”

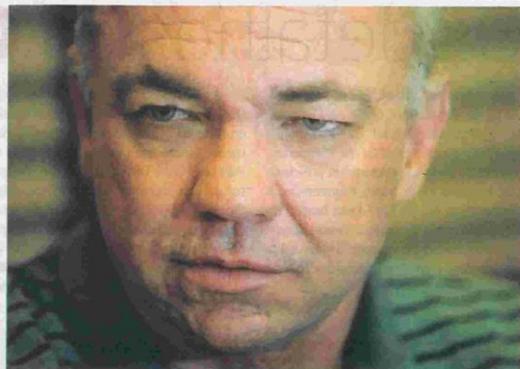
Defesa de Gean vai tentar reverter afastamento / Polícia Federal / Santa Catarina / Operação Alcatraz / Operação Chabu / Florianópolis / Gean Loureiro / Marcelo Rubens Paiva Winter / Curso de Engenharia Elétrica / UFSC

Editor: FELIPE ALVES
felipe.alves@noticiasodia.com.br

NOTÍCIAS DO DIA
FLORIANÓPOLIS, QUARTA-FEIRA, 19 DE JUNHO DE 2019 3 ESPECIAL IND

Liberado ontem à noite após depoimento de quatro horas para a Polícia Federal, prefeito está afastado por 30 dias do cargo por determinação judicial

Defesa de Gean vai tentar reverter afastamento



FLAVIO TIN/ND

ANDRÉA DA LUZ
andrea.luz@noticiasodia.com.br

GEAN LOUREIRO Prefeito de Florianópolis

Vinte dias após atingir os alicerces políticos de Santa Catarina com a Operação Alcatraz, a Polícia Federal abalou Florianópolis ao desencadear a Operação Chabu na manhã de ontem. Realizada para combater a prática de uma suposta organização criminosa que violava o sigilo de operações policiais em Santa Catarina, a operação deteve sete pessoas temporariamente, entre elas, o prefeito de Florianópolis, Gean Loureiro (sem partido). Detido pela manhã, ele foi solto por volta das 21h e, em coletiva à imprensa, disse que no dia de ontem foi cometida “a maior injustiça da minha vida”. A defesa de Gean irá até Porto Alegre hoje para tentar reverter a decisão judicial sobre o afastamento da prefeitura. Por enquanto, quem assume o cargo é o vice-prefeito João Batista Nunes (PSDB).

O despacho do TRF-4 (Tribunal Regional Federal), em Porto Alegre, afastou Loureiro das funções de prefeito por 30 dias. Gean também fica proibido de fazer contato – seja presencial, por telefone ou mensagem, pessoalmente ou por terceiros – com os demais envolvidos na investigação.

Apesar de ter o pedido de prisão temporária expedido pelo TRF-4, Gean não chegou a passar a noite na sede da PF. De acordo com o advogado do prefeito, Diogo Pitsica, na decisão que determinou a detenção, havia a prerrogativa de que o delegado poderia liberá-lo se assim entendesse pertinente. O advogado disse que até ontem não havia tido acesso à decisão.

Na coletiva, o prefeito destacou que a prisão foi um grande equívoco. Ele destacou que seu depoimento mostrou que não há envolvimento seu, da prefeitura ou de recursos públicos. Cansado, mas sereno e confiante de seus atos, Gean Loureiro disse que esse foi o dia mais infeliz de sua vida e que nunca irá esquecê-lo. “Foi um dia muito triste para Florianópolis e me sinto muito injustiçado, não só eu como toda minha família e grande parte da população da cidade que não compreendeu a divulgação do mandado de prisão do prefeito de Florianópolis”, desabafou.

Como ocorreu essa prisão? O senhor sabia do que se tratava?

Não sabia. A Polícia Federal foi [ontem] cedo na minha casa, pediu todos os documentos que achava necessário e eu forneci todos, inclusive computadores, celular e todas as senhas. Perguntei se precisavam de mais alguma coisa e então, após pegar os documentos, me informaram que existia um mandado de prisão e que o primeiro passo desse mandado era um depoimento na sede da Polícia Federal, então fui junto com eles até lá. Chegando lá aguardei mais ou menos uma hora, havia muita movimentação de policiais federais de fora e então prestei o depoimento que durou em torno de quatro horas, durante o qual respondi umas 70 perguntas. Depois disso, o delegado instrutor me pediu que nem assinasse o Guia de Recolhimento de Preso, porque não tinha visto nenhum fato no meu depoimento que justificasse que eu fosse preso.

E o próprio delegado assinou a revogação do mandado?

Conversamos com o delegado coordenador da Operação e esclarecemos todos os fatos. O próprio delegado instrutor apontou que o depoimento deixava claro que eu não tinha nenhum envolvimento com os fatos apontados no mandado de prisão e de busca. O coordenador disse que era preciso aguardar a conclusão dos outros depoimentos para verificar se as informações batiam e só então poderia decidir sobre a revogação da prisão. Quando concluíram os depoimentos recebemos a informação de que não seria necessário eu ficar preso.

Além da prisão temporária, o TRF-4 determinou o afastamento das funções de prefeito por 30 dias. Como fica a situação agora?

Nós não tínhamos conhecimento desse afastamento, nem o delegado tinha, porque o oficial de Justiça chegou

quando já estávamos saindo da sede da PF. Como a questão principal que era o mandado de prisão foi revogado, acreditamos que essa questão acessória também será revertida. Amanhã [quarta], o meu advogado vai a Porto Alegre tentar conversar com o desembargador do TRF-4 para mostrar que a prisão foi um equívoco e que a própria PF já reviu seu posicionamento em relação a isso. Até termos essa resposta, quem assume a prefeitura é o vice-prefeito [João Batista Nunes].

Quais os pontos principais abordados no seu depoimento?

Foram três fatos principais. O primeiro era sobre um suposto envolvimento meu com um delegado da PF e que teria participado de uma reunião sobre um projeto chamado Meta 21, que traria recursos internacionais para a prefeitura de Florianópolis. Eu participei dessa reunião há cerca de um ano, conheci o projeto e achei meio sem lógica porque queriam fazer investimentos e os recursos poderiam ser aplicados em qualquer área e que precisaríamos apresentar um projeto em cerca de uma semana. Acabamos não participando desse projeto porque não demos credibilidade e havia muita insistência dizendo que os recursos iriam vir. Aparentemente, a PF estava buscando informações sobre a origem desse dinheiro e a participação desse delegado da PF junto com o pessoal desse Meta 21. O segundo fato era a suspeita de que eu teria vazado informações de segurança sobre uma operação chamada Emergência, da qual nunca ouvi falar, nem conheço as pessoas, não tenho relação nenhuma com elas. O terceiro ponto era de que teria sido construída uma sala segura para serviços de contrainteligência, dentro da prefeitura. Nunca tive isso, nunca solicitei, não existe isso na prefeitura e os agentes da PF que revistaram toda a prefeitura confirmaram que realmente não existe.

Mas a PF não explicou do que se tratava a Operação?

Não conheço os fatos porque não tivemos acesso à denúncia, aos autos nem ao processo. Mas a PF foi muito gentil e educada comigo e não me destratou em nenhum momento. Felizmente, evitaram a injustiça de ter me colocado numa cela e depois ver que não precisava. Pude ligar para minha família, tranquilizar a todos e viram que fui muito transparente. Eu estava calmo, mas me senti muito injustiçado, porque saiu minha imagem em nível nacional e no momento em que você é preso já se pensa em desvio de dinheiro público ou que a pessoa roubou alguma coisa, mas não está configurado nada disso. Só sei que o processo não tem relação nenhuma com a prefeitura, nem com a minha pessoa ou com meus recursos ou da prefeitura.

O senhor conhece as demais pessoas presas?

A PF me perguntou se eu conhecia umas dez pessoas. Eu conhecia cinco: o dono da Nexxera, o delegado da PF [por causa daquela reunião que falei], o José Augusto [Alves] que participava das campanhas, o Luciano Veloso e a Romanna Remor [ex-secretária estadual de Assistência Social]. Os demais não conheço.

Qual o impacto disso na imagem do prefeito e no processo eleitoral do ano que vem?

Meu objetivo é cumprir o mandato na plenitude. A reeleição é consequência desse processo. O mandado de prisão não se cumpriu na integridade. Eu acredito que, como a população confia na minha pessoa, vou sair fortalecido demonstrando que não tenho nenhum problema. Foi uma injustiça cometida comigo e existe uma condenação pública quando sai uma informação de um mandado de prisão. Mas eu tenho convicção da minha honestidade.

➤ Leia mais nas
PÁGINAS 4 E 5

Os detalhes da **Operação Chabu**

A operação Chabu foi desencadeada depois que o TRF-4 (Tribunal Regional Federal da 4ª Região), em Porto Alegre, expediu 30 mandados, sendo sete de prisão temporária por cinco dias, e outros 23, de busca e apreensão. A competência era do TRF-4 em função do foro privilegiado do prefeito Gean Loureiro. O processo corre em segredo de Justiça e a relatoria é do desembargador federal Leandro Paulsen.

As investigações coordenadas pela DIP (Divisão de Investigações Policiais) em Brasília ainda detiveram temporariamente outras seis pessoas: o delegado da Polícia Federal Fernando Caieron; o diretor de comunicação do SINPRF-SC (Sindicato dos Policiais Rodoviários de Santa Catarina) Marcelo Roberto Paiva Winter; o ex-secretário da Casa Civil na gestão do governo Eduardo Pinho Moreira (MDB), Luciano Veloso Lima; o delegado federal

aposentado Hélio Sant'Anna; o empresário do setor de Tecnologia, José Augusto Alves; e Luciano da Cunha Teixeira.

Caieron foi detido em Porto Alegre, enquanto os demais foram localizados em Santa Catarina e levados para a sede da PF em Florianópolis. Até as 23h50 de ontem não havia confirmação se algum dos seis havia sido liberado.

De acordo com a PF, as provas obtidas durante as investigações apontam

para a prática de crimes de associação criminosa, corrupção passiva, violação de sigilo funcional, tráfico de influência, corrupção ativa, além da tentativa de interferir em investigação penal que envolva a suposta organização criminosa.

O nome dado à operação, Chabu, significa dar problema, dar errado. De acordo com a PF, o termo era empregado por alguns dos investigados para avisar da existência de operações policiais.

OS SETE OUVIDOS PELA POLÍCIA FEDERAL ONTEM



GEAN LOUREIRO

Ex-deputado estadual e federal de Santa Catarina, é o atual prefeito de Florianópolis e potencial candidato à reeleição. Está sem partido, após deixar o MDB no início do mês. **Contraponto:** Em coletiva de imprensa ontem à noite, Gean afirmou que prestou todos os esclarecimentos ao delegado da Polícia Federal e que foi cometida uma injustiça contra ele. Gean negou participação em qualquer esquema e disse desconhecer uma alegada sala segura para a obtenção de informações privilegiadas, bem como qualquer grupo que se beneficiaria de informações privilegiadas de operações policiais, como afirma a PF.



FERNANDO AMARO DE MORAES CAIERON

Delegado da Polícia Federal. É considerado um dos pioneiros no combate ao tráfico de drogas sintéticas no país e ficou conhecido em 2005, quando coordenou a Operação Playboy, que desarticulou uma das maiores quadrilhas de tráfico internacional que atuava no Brasil. **Contraponto:** A reportagem não identificou quem está atuando na defesa do delegado.



JOSÉ AUGUSTO ALVES

Empresário, é diretor executivo de uma empresa de assessoria empresarial voltada para o ramo de tecnologia. Apontado como o pivô do esquema de vazamentos junto ao delegado Fernando Caieron. **Contraponto:** A reportagem tentou contato com dois advogados que atuaram na defesa de José Augusto em outro processo. Porém, nenhum deles estava disponível no telefone fornecido pelo cadastro da OAB. Uma pessoa atendeu à ligação e informou que um dos advogados estava em viagem.



MARCELO RUBENS PAIVA WINTER

Integra, desde 2002, o Gaeco (Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado) e atua na área de crimes de alta tecnologia, auxiliando em investigações e em forense computacional. Também é diretor de comunicação do SINPRF-SC (Sindicato dos Policiais Rodoviários de Santa Catarina), integrando os quadros da PRF (Polícia Rodoviária Federal), incluindo classe especial. Formado em Engenharia Elétrica pela UFSC, é graduado em Inteligência Estratégica pela ESG (Escola Superior de Guerra).

Contraponto: O SINPRF-SC informou que Winter foi cedido à PRF e que não houve nenhum mandado cumprido no sindicato ontem, já que o inquérito não está relacionado com a função exercida por ele no órgão sindical. A defesa dele também não foi identificada.



LUCIANO VELOSO LIMA

Administrador, já ocupou o cargo de secretário da Casa Civil no governo Eduardo Pinho Moreira (MDB). Dentro da Casa Civil também atuou como gerente de Recursos Humanos e diretor de Assuntos Administrativos. Trabalha há mais de 30 anos na administração pública e começou na prefeitura de Videira, sua cidade natal. É servidor efetivo da Casa Civil desde 2010 e foi colocado à disposição da Assembleia Legislativa de SC de 1/4/2019 até 31/12/2022.

Contraponto: O advogado Rodrigo Rocha de Oliveira, que está atuando junto com o advogado Rubens Cabral na defesa de Luciano Veloso, conversou com a reportagem por telefone. Até o final da tarde, os defensores estavam na expectativa de ter acesso ao processo para se inteirar das acusações. "Precisamos ter acesso à investigação para tecer algum comentário", explicou Oliveira.



HÉLIO SANT'ANNA E SILVA JÚNIOR

Delegado aposentado da Polícia Federal. Exerceu o cargo de Corregedor Regional da Superintendência Regional de PF em SC. **Contraponto:** A reportagem não identificou quem está atuando na defesa do delegado.



LUCIANO DA CUNHA TEIXEIRA

Ele se apresenta nas redes sociais como "account manager" da empresa Suntech, que atua com interceptação legal para provedores de serviços de comunicação no Brasil e no Chile. A empresa diz que está colaborando com as autoridades, e que não foi alvo de mandados de busca e apreensão. Luciano já não faz parte do quadro de funcionários da empresa. Ele também se apresenta como diretor de vendas da C & C Consultoria Ltda, uma empresa de Uberaba (MG) do ramo de "consultoria em gestão empresarial, compra e venda de imóveis próprios e aluguel de imóveis próprios".

Contraponto: A reportagem não identificou a defesa dele no processo, apenas um advogado que atuou em área cível e não estava ciente do caso.

A relação com a Alcatraz

A Operação Chabu, desencadeada ontem, teve origem quando investigadores identificaram, em meados de 2018, o vazamento da Operação Alcatraz, ação deflagrada no dia 30 de maio deste ano com o objetivo de apurar fraudes em licitações e desvios de recursos públicos em órgãos de Santa Catarina. O Notícia do Dia apurou que foi a partir desse fato que a própria Polícia Federal passou a investigar internamente o possível repasse ilegal de informações a alvos da corporação no âmbito da Alcatraz, que foi "blindada" com o envio da parte principal do inquérito para o núcleo de Brasília.

Foi aí que a PF chegou a José Augusto Alves, apontado, junto ao delegado federal Fernando Caieron, como o principal operador de um alegado esquema que tinha como objetivo oferecer informações privilegiadas a alvos de investigações, serviços de criptografia em telefones celulares, "grampos" ilegais e vazamento de processos nos âmbitos federal e estadual.

Sujeito de estatura baixa, pele morena e barba grisalha, Zé Mentira, como José Augusto é chamado por amigos e colegas, era figura conhecida em órgãos públicos e círculos policiais da Capital do Estado. Em geral, se apresentava como representante de uma empresa israelense de contrainformação e, não raras vezes, impressionava interlocutores com as informações que possuía.

ACESSO PRIVILEGIADO

Duas fontes confirmaram à reportagem que José Augusto efetivamente tinha acesso a investigações sigilosas e também informações privilegiadas dentro não apenas da PF, como de órgão de controle estadual.

Um advogado relatou, sob a condição de anonimato, que certa vez José Augusto ofereceu informações sobre uma operação que seria deflagrada. Sugeriu ao advogado já antecipar o fato a um possível alvo e receber comissão em caso de contratação para defender o investigado.

Aproximação com delegado federal

Conhecido de policiais civis da “velha guarda”, José Augusto Alves acabou se aproximando do delegado Fernando Cairon. De acordo com a PF, o delegado federal era um dos que “abasteciam” Alves com informações que acabavam sendo comercializadas no mercado ilegalmente.

No inquérito da PF, há várias imagens de Cairon e Alves juntos, em diferentes situações, incluindo viagens. Para se

ter uma ideia, dois delegados federais filmados em uma ocasião junto com a dupla foram chamados a prestar depoimento na Superintendência Regional.

Foi José Augusto, abastecido com informações de dentro da PF, quem teria vazado a Operação Alcatraz já em 2018, obrigando os investigadores a dilatarem os trabalhos e também prejudicando a ação sobre alvos que tomaram conhecimento das informações privilegiadas.



Movimento foi intenso durante todo o dia de ontem na sede da Polícia Federal

Troca de vantagens financeiras e políticas

Após análises de materiais apreendidos durante a Operação Eclipse, deflagrada em agosto de 2018, a Polícia Federal apurou que uma suposta organização criminoso tinha como objetivo embarçar investigações policiais e proteger o núcleo político em troca de vantagens financeiras e políticas.

Para isso, a suposta organização construiu uma rede constituída por um núcleo político do qual fariam parte ainda empresários

e servidores da PF e da PRF (Polícia Rodoviária Federal) lotados em órgão de inteligência e investigação. Durante as investigações foram apuradas várias práticas ilícitas, como o vazamento sistemático de informações sobre operações policiais que foram deflagradas até o contrabando de equipamentos de contra inteligência para montar “salas seguras” a prova de monitoramento em órgãos públicos e empresas.



Com sede no Centro da Capital, Nexxera atua desde 1992 com plataformas integradas

Empresa de tecnologia catarinense Nexxera foi vistoriada por peritos da PF

Considerada uma das mais importantes empresas de tecnologia do Brasil, a sede do Grupo Nexxera foi vistoriada por três peritos da PF durante a manhã de terça-feira no âmbito da Operação Chabu. Os agentes federais entraram na sede da empresa, que fica no Centro da Capital, por volta das 8h. Todos os funcionários que chegavam para o trabalho eram proibidos de entrar no prédio de seis andares.

Dentro, os agentes federais procuravam provas e indícios que pudessem identificar a origem de ações clandestinas de prevenção, rastreabilidade e monitoramento de mensagens telemáticas (e-mail) e de ligações telefônicas, conforme relato de uma fonte.

Extraoficialmente, o grupo apontado pela PF como responsável pelo vazamento de investigações sigilosas teria um “buncker” onde concentraria todas as operações apontadas como ilegais. Entre elas,

estaria o monitoramento da própria PF e de órgãos como o Gaeco (Grupos de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado). O objetivo seria abastecer “clientes” do alegado esquema com informações privilegiadas, além de vazar conteúdo considerado sigiloso.

Até o fechamento desta edição não havia qualquer confirmação sobre a existência ou localização do “buncker”. O Grupo Nexxera não comentou a operação da PF.

Criada em 1992, a Nexxera é especializada em elaborar plataformas integradas de serviços de automação bancária, gestão de cobranças e soluções de tecnologia.

Advogado da Nexxera, Alessandro Abreu afirmou ontem que a empresa não está envolvida diretamente no caso e, por isso, não irá se manifestar. Segundo ele, a Nexxera aparece na operação porque pode ter informações que podem contribuir com as investigações.

Diário Catarinense
Estela Benetti
"Elétricos"

Veículos Elétricos / Palestra / JAC Motors / Sérgio Habib / Grupo SHC / UFSC

ELÉTRICOS

Acontece hoje, às 10h, na UFSC, palestra sobre veículos elétricos proferida pelo presidente do Grupo SHC, controlador da JAC Motors no país, Sergio Habib. A marca está lançando cinco veículos elétricos. De amanhã até domingo, oferecerá um ponto de test drive na Avenida Beira-Mar, em Florianópolis.

Notícias do Dia
Especial
"Carros elétricos"

Carros elétricos / Sérgio Habib / UFSC / Palestra / Carro elétrico: o futuro no Brasil / Mercado de automóveis / Mobilidade

Carros elétricos

O empresário e engenheiro eletrônico Sérgio Habib, ministra hoje, a partir das 10h, no auditório da UFSC, a palestra "Carro elétrico: o futuro no Brasil". O convidado falará sobre a forma com que a chegada dos carros elétricos pode mudar o mercado de automóveis e a mobilidade das pessoas.

Notícias veiculadas em meios impressos, convertidas para o formato digital, com informações e opiniões de responsabilidade dos veículos.

CLIPPING DIGITAL

[UFSC é considerada uma das melhores universidades da America Latina Latina, confira o ranking](#)

[ICP-Brasil nos seus 18 anos será homenageada pela Câmara dos Deputados Federais](#)

[Universidades brasileiras pioram em pesquisa, empregabilidade de alunos e qualidade de ensino; veja ranking das melhores do mundo](#)

[Embrapii desafia indústrias de SC a pesquisarem mais](#)

[Keyrus expande operações na região Sul](#)

[A difícil vida das crianças e jovens venezuelanos no norte do Brasil, em meio a crise de refugiados](#)

[A difícil vida das crianças e jovens venezuelanos no norte do Brasil, em meio a crise de refugiados](#)

[A Operação Lava Jato domesticou a imprensa brasileira, diz pesquisador da UFSC](#)

[Penha indica nomes para concorrer ao Prêmio Açorianidade](#)